

Processo nº (c): 11.259/13

Apenso nº: 29.450/13

Interessado: Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF

Assunto: Representação

Ementa: Contratação Emergencial nº 02/12 celebrado pelo Detran. Prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do Distrito Federal.

Decisão nº 2.546/13: diligências à jurisdicionada.

Esclarecimentos prestados pelo Detran. Análise.

Apensado aos presentes autos o Processo nº 29.450/13, que cuida do exame do Contrato Emergencial nº 02/13, de mesmo objeto do de nº 02/12.

Decisão nº 242/14: audiência e determinações à jurisdicionada.

Representação da Deputada Distrital Celina Leão denunciando possíveis irregularidades ocorridas em contratações emergenciais realizadas pelo Detran.

Exame da admissibilidade.

A Secretaria de Acompanhamento pontua que os requisitos essenciais para acolhimento da representação foram atendidos. Propõe, contudo, com base no objeto dos contratos emergenciais, que a Representação seja conhecida em duas partes. Uma no âmbito destes autos, e outra no bojo do Processo nº 11.216/13.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Em exame a admissibilidade da Representação protocolada pela Deputada Distrital Celina Leão Hizim junto ao TCDF¹, denunciando possíveis irregularidades em contratações emergenciais realizadas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, tendo por objeto serviços de fiscalização eletrônica.

¹ Fls. 114/125 e anexos de fls. 126/219.



A Informação nº 04/14 resume as considerações da Parlamentar sobre o tema:

[...] a parlamentar defende em sua peça que os sucessivos contratos emergenciais celebrados entre a autarquia e as empresas SERGET Comércio, Construções e Serviços de Trânsito Ltda. e Consórcio SDF – SITRAN, DATAPROM, FISCAL afrontam a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei de Licitações e Contratos. Além disso, argumenta que as contratações são consequência de desídia administrativa, conforme se depreendem das análises constantes dos Processos nº 11.216/2013 e nº 11.259/2013, em trâmite no âmbito desta Corte. Assim, alega que os ajustes emergenciais deveriam ser declarados nulos, já que ferem gravemente o princípio da moralidade administrativa. Ao final, requer que o Tribunal adote as medidas legais de caráter fiscalizatório em relação aos contratos emergenciais nº 01/2012, nº 02/2012, nº 01/2013, nº 02/2013, nº 01/2014 e nº 02/2014.

Tendo por atendidos os pressupostos mínimos exigidos pelos incisos de I a IV do § 1º do art. 195 do RI/TCDF², a Unidade Técnica manifesta-se pelo conhecimento da Representação. Pondera, contudo, que no âmbito destes autos, tal conhecimento alcance apenas os contratos emergenciais nºs 02/2012, 02/2013 e 02/2014, os quais tratam do mesmo objeto: REIT III – “Avanço de Sinal”.

Os demais contratos emergenciais (nºs 01/2012, 01/2013 e 01/2014), que têm por objeto os serviços de REIT II – “Pardal”, por seu turno, devem ser conhecidos no bojo do Processo nº 11.216/13.

Sua explanação foi assim conduzida:

4. Os contratos emergenciais nº 02/2012 e nº 02/2013 já são objeto de análise pela Corte no bojo destes autos e seu apenso³. Ambos os ajustes têm por objeto a prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do Distrito Federal (Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito – REIT III – “Avanço de Sinal”), no valor de R\$ 1.010.031,97 (um milhão, dez mil e trinta

²Art. 195. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos havidos no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou por este, mediante ajustes de qualquer natureza.

§ 1º As representações oferecidas por agentes políticos, órgãos, entidades ou pessoas que detenham essa prerrogativa por força de lei, deverão atender, pelo menos, aos seguintes pressupostos de admissibilidade: I – caracterização circunstanciada da situação;

II – ser redigida em linguagem clara e objetiva;

III – estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido;

IV – enquadramento da matéria nas competências do Tribunal.

³ Processo nº 29.450/13.



e um reais e noventa e sete centavos) mensais.

5. Por sua vez, os contratos emergenciais nº 01/2012 e nº 01/2013 são tratados pelo Tribunal no âmbito do Processo nº 11216/2013 e seu respectivo apenso⁴. Os dois pactos têm por objeto a prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do Distrito Federal (Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito – REIT II – “Pardal”), no valor de R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais) mensais.

6. As fiscalizações citadas nos parágrafos anteriores tiveram início a partir da análise formal dos procedimentos de contratação emergencial pela Secretaria de Acompanhamento, que solicitou diretamente ao DETRAN a cópia dos processos administrativos relacionados, com base no inciso VII do art. 89 da Resolução nº 263/2013⁵. Da mesma forma, a cópia dos processos administrativos que culminaram na celebração dos contratos emergenciais nº 01/2014 (REIT II – “Pardal”) e nº 02/2014 (REIT III – “Avanço de Sinal”) já foram solicitadas pela Secretaria, em 17.02.2014, por meio dos Ofícios nº 040 e nº 041/14 – SEACOMP, fls. 220/223.

7. Assim, consideramos pertinente que a Representação oferecida pela parlamentar seja conhecida em duas partes. No âmbito destes autos, sugerimos que o Tribunal conheça da peça para tratar dos contratos emergenciais nº 02/2012, nº 02/2013 e nº 02/2014, os quais tratam do mesmo objeto: REIT III – “Avanço de Sinal”. Já para tratar dos contratos emergenciais nº 01/2012, nº 01/2013 e nº 01/2014, os quais têm por objeto os serviços de REIT II – “Pardal”, a Representação deve ser conhecida no bojo do Processo nº 11216/2013.

8. Por fim, tendo em vista que dos seis contratos relacionados na Representação, quatro já estão em processo de fiscalização pela Corte, tendo o DETRAN oferecido suas justificativas em relação a eles, e os outros dois serão analisados de ofício quando forem disponibilizados pela autarquia, entendemos que não há necessidade de dar conhecimento do assunto à jurisdicionada com vistas à apresentação de esclarecimentos, faculdade prevista ao Tribunal no art. 195, § 6º do RI/TCDF.

É o Relatório.

⁴ Processo nº 29.530/13.

⁵ Dispõe sobre o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal.



VOTO

Os presentes autos tiveram início a partir da análise formal realizada pela Secretaria de Acompanhamento acerca dos procedimentos de contratação emergencial realizados entre o DETRAN/DF e o Consórcio SDF – SITRAN DATAPROM FISCAL DF, tendo por objeto a prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do Distrito Federal. Em particular, as análises aqui conduzidas e as procedidas no apenso a este processo, concentram-se nos contratos afetos ao Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito – REIT III – “**Avanço de Sinal**”, no valor de R\$ 1.010.031,97 mensais⁶.

Na mesma linha, estão sendo tratados, no âmbito do Processo nº 11.216/13 e seu apenso⁷, os pactos atinentes ao Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito – REIT II – “**Pardal**”, no valor de R\$ 930.000,00⁸.

A última deliberação proferida nestes autos, de nº 242/14, cujos resultados ainda não foram apreciados, determinou a audiência do Diretor-Geral e do Diretor de Engenharia de Trânsito do DETRAN/DF. Paralelamente, dirigiu determinações à jurisdição para prestação de esclarecimentos.

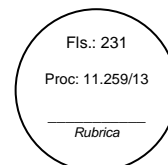
Feitas estas observações, tem-se que o momento processual é de análise da admissibilidade da Representação protocolada pela Deputada Distrital Celina Leão Hizim junto a esta Corte, denunciando possíveis irregularidades em contratações emergenciais realizadas pelo DETRAN/DF, tendo por objeto serviços de fiscalização eletrônica.

A Informação nº 04/14 resume as considerações da Parlamentar sobre o tema:

[...] a parlamentar defende em sua peça que os sucessivos contratos emergenciais celebrados entre a autarquia e as empresas SERGET Comércio, Construções e Serviços de Trânsito Ltda. e Consórcio SDF – SITRAN, DATAPROM, FISCAL afrontam a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei de Licitações e Contratos. Além disso, argumenta que as contratações são consequência de desídia administrativa, conforme se depreendem das análises constantes dos Processos nº 11.216/2013 e nº 11.259/2013, em trâmite no âmbito desta Corte. Assim, alega que os ajustes emergenciais deveriam ser declarados nulos, já que ferem gravemente o princípio da moralidade administrativa. Ao final, requer que o Tribunal adote as medidas legais de caráter fiscalizatório em relação aos

⁶ Contratos Emergenciais nºs 02/2012 e nº 02/2013.

⁸ Contratos Emergenciais nºs 01/2012 e nº 01/2013.



contratos emergenciais nº 01/2012, nº 02/2012, nº 01/2013, nº 02/2013, nº 01/2014 e nº 02/2014.

Tendo por atendidos os pressupostos mínimos exigidos pelos incisos de I a IV do § 1º do art. 195 do RI/TCDF⁹, a Unidade Técnica manifesta-se pelo conhecimento da Representação. Pondera, contudo, que esse procedimento seja feito em duas partes. No âmbito destes autos, alcançaria apenas os Contratos Emergenciais nºs 02/2012, 02/2013 e 02/2014, que tratam do mesmo objeto: REIT III – “Avanço de Sinal”.

Os demais contratos emergenciais (nºs 01/2012, 01/2013 e 01/2014), que têm por objeto os serviços de REIT II – “Pardal”, por seu turno, devem, a seu ver, ser conhecidos no bojo do Processo nº 11.216/13, relacionado ao assunto.

Por fim, defende, *“tendo em vista que dos seis contratos relacionados na Representação, quatro já estão em processo de fiscalização pela Corte, tendo o DETRAN oferecido suas justificativas em relação a eles, e os outros dois serão analisados de ofício quando forem disponibilizados pela autarquia”*, não ser necessário dar conhecimento do assunto à jurisdicionada com vistas à apresentação de esclarecimentos, faculdade prevista ao Tribunal no art. 195, § 6º do RI/TCDF.

Ante o exposto, em linha com a Unidade Técnica, acolho o encaminhamento indicado e VOTO no sentido de que o eg. Plenário:

I - tome conhecimento da Representação de fls. 83/94, juntamente com os anexos de fls. 95/189, conferindo-lhe admissibilidade em relação aos Contratos Emergenciais nºs 02/2012, 02/2013 e 02/2014, celebrados entre o DETRAN/DF e o Consórcio SDF – SITRAN, DATAPROM, FISCAL;

II - autorize:

a) dar ciência da decisão que vier a ser proferida à representante;

⁹Art. 195. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos havidos no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou por este, mediante ajustes de qualquer natureza.

§ 1º As representações oferecidas por agentes políticos, órgãos, entidades ou pessoas que detenham essa prerrogativa por força de lei, deverão atender, pelo menos, aos seguintes pressupostos de admissibilidade: I – caracterização circunstanciada da situação;

II – ser redigida em linguagem clara e objetiva;

III – estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido;

IV – enquadramento da matéria nas competências do Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 232

Proc: 11.259/13

Rubrica

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Sala das Sessões, de março de 2014.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora

DIGITALIZADO